

Governo joga cartada final com credores

MARCELO NETTO
Colaborador

O ato final do Governo Figueiredo no que diz respeito à política econômica é a próxima renegociação da dívida externa que começa no dia 5 de novembro. Este é o último e o principal de todos os atos econômicos. Devemos acompanhá-lo com atenção pois depende dele o bom desempenho do futuro Governo, seja ele qual for.

O País caminha a passos largos para este ato. No último final de semana, os economistas do IPEA elaboraram mais uma série de projeções e simulações sobre o balanço de pagamentos do País. Estas projeções ou foram entregues ontem ou serão entregues hoje ao presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore.

Aliás, o documento mais badalado dos últimos tempos é este modelo econométrico que servirá de fundamentação para tudo da economia brasileira no próximo ano. Não é à toa que vem sendo guardado a sete chaves. Com base nele, Pastore e Galvêas estão formulando a estratégia da próxima renegociação da dívida.

A estratégia não está totalmente elaborada, existindo apenas uma linha básica de ação. Dinheiro novo não vai ser pedido e os bancos estão preparados para receber uma proposta de renegociação plurianual. Mas, o que o Brasil vai pedir na plurianual? Quando deverão ocorrer as maiores amortizações?

Quanto a isso, por enquanto, só Pastore e Galvêas possuem uma idéia do que deve ser pedido. Entre os novos dados preparados no final de semana estão o comportamento das taxas de

juros, do preço do petróleo já com a nova tendência de queda etc. Nestas simulações estão incluídas também a segunda e a terceira melhor opção de renegociação, na expectativa de uma reação dos banqueiros desfavorável à primeira proposta.

A outra informação a respeito desta renegociação é o modo como ela deve ser feita e a data. No dia 5 de novembro Pastore e Galvêas apresentarão oficialmente a proposta brasileira aos bancos credores, em Nova Iorque, e retornarão ao Brasil. Uma semana depois eles voltarão a Nova Iorque e aí sentarão e conversarão para valer.

Os economistas dos bancos credores, a esta altura dos acontecimentos, já estão fazendo em Nova Iorque o relatório para os bancos credores que também se prepararam para a negociação. É um jogo de cartas mais ou menos marcadas. Pastore e Galvêas informaram aos economistas dos bancos credores que vão informar aos banqueiros.

Só que os economistas saíram daqui na semana passada com informações sobre o desempenho da economia e, evidentemente, algumas suposições sobre como o Governo deve encaminhar a proposta. Mas a estratégia final eles não sabem, porque Pastore e Galvêas não são ingênuos ao ponto de irem vendidos para uma negociação. Enfim, vamos ter de esperar mais um pouco para saber tudo sobre esta interessante fase da vida econômica nacional.

Aliás, a oposição brasileira, que acredita que está em vias de ter acesso ao poder, deve se dedicar a esta negociação. Um

conselho amigo sugere que leia com bastante atenção os jornais e não fique muito preocupada. O banqueiro Olavo Setúbal, provável ministro do governo Tancredo Neves, se ele ganhar, já levantou uma questão sobre a necessidade de dinheiro novo nesta renegociação.

O argumento de Setúbal é o seguinte: dinheiro novo evitaria uma recessão maior no ano que vem. Teoricamente, é verdade, embora custe a crer que um membro da oposição aceite maior endividamento. Mas, as informações de boas fontes do Governo indicam que Setúbal não precisa ter este tipo de preocupação.

O dinheiro novo não é mesmo necessário e sairia muito desgastante para o Governo pedir. Para ter dinheiro novo seria preciso um exaustivo trabalho de mobilização dos bancos para um volume muito pequeno de recursos. Além disso, o fato do governo anunciar que não vai pedir dinheiro novo repercute muito bem junto aos pequenos bancos que voltam a crer no Brasil.

E depois, se por acaso a oposição, no Governo, achar que deve pedir dinheiro novo, isso pode ser feito no dia 16 de janeiro. É só pedir aos bancos e reformular a renegociação que vai ser feita ou pelo menos tentada agora em novembro. Eu digo tentada, porque não está afastada a hipótese dos banqueiros resolverem esperar definir o próximo governo — basta enrolar a negociação por dois meses e meio — para baterem o martelo.